

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 901.585 RORAIMA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AGDO.(A/S)	: FRANCISCO DE ASSIS MORAES PESSOA
ADV.(A/S)	: GIL VIANNA SIMÕES BATISTA

### EMENTA

**Agravo regimental no recurso extraordinário. Direito Administrativo. Servidor Público estadual. Reajuste. Revisão geral anual. Previsão em lei orçamentária. Discussão. Legislação local. Reexame. Impossibilidade. Precedentes.**

1. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação local. Incidência da Súmula nº 280/STF.
2. Agravo regimental não provido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI  
Relator

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 901.585 RORAIMA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DE RORAIMA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: FRANCISCO DE ASSIS MORAES PESSOA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GIL VIANNA SIMÕES BATISTA</b>

## **RELATÓRIO**

### **O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Estado de Roraima interpõe tempestivo agravo regimental contra decisão em que neguei seguimento ao recurso extraordinário (fls. 55/57, Vol 2), com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, assim ementado:

‘AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS ANTERIORES A 05 ANOS DA DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO. RECONHECIDA NA APELAÇÃO. MÉRITO: REVISÃO GERAL ANUAL DE 5% NOS TERMOS DAS LEIS Nº 331/02 E Nº 339/02. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 169 DA CF, TAMPOUCO À LRF. MATÉRIA PACIFICADA. AUTORIZAÇÃO PARA DECIDIR MONOCRATICAMENTE NOS TERMOS DO ART. 557 DO CPC. AGRAVO DESPROVIDO.’

Sustenta-se, no apelo extremo, afronta aos artigos 165, parágrafo 2º, 167, parágrafo 2º, e 169, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal.

Decido.

**RE 901585 AGR / RR**

Anote-se, inicialmente, que o recurso extraordinário foi interposto contra acórdão publicado após 3/5/07, quando já era plenamente exigível a demonstração da repercussão geral da matéria constitucional objeto do recurso, conforme decidido na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/RS, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 6/9/07. Todavia, apesar da petição recursal haver trazido a preliminar sobre o tema, não é de se proceder ao exame de sua existência, uma vez que, nos termos do artigo 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, com a redação introduzida pela Emenda Regimental nº 21/07, primeira parte, o procedimento acerca da existência da repercussão geral somente ocorrerá 'quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão'.

A irresignação não merece prosperar, haja vista que o acolhimento da pretensão recursal não prescinde da análise da legislação local pertinente (Leis Estaduais nºs 331/02 e 339/02), cujo reexame foge do campo do recurso extraordinário, a teor do que dispõe a Súmula nº 280 do STF. Sobre o tema:

'AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL. ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE. LEI ESTADUAL 1.052/02. EXAME DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO. I - O acórdão recorrido, com fundamento na interpretação da Lei estadual 1.052/02, entendeu que o adicional de produtividade não está vinculado à revisão geral anual. II - Para se entender de forma diversa do acórdão recorrido, faz-se necessário analisar norma infraconstitucional local, o que inviabiliza o extraordinário, a teor da Súmula 280 do STF. Precedentes. II - Agravo regimental improvido' (RE-AgR 614.796, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, Primeira Turma, DJe 24.9.2010).

**RE 901585 AGR / RR**

‘AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. REVISÃO GERAL ANUAL. LEI 10.698/2003. DISCUSSÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA OU INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE AUMENTO DE VENCIMENTOS PELO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 339 DO STF. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que se chegou no acórdão recorrido seria necessário o reexame de legislação infraconstitucional, o que é vedado nesta esfera. Agravo regimental a que se nega provimento’ (ARE-AgR 650.566, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJe 22.5.2012).

Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: ARE nº 772.775/RR, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 18/10/13; RE nº 603.384/RR, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe de 08/5/14; ARE nº 772.773/RR, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 18/11/13; e RE nº 893.786/RR, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 5/8/15.

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, **caput**, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.”

Insiste o ora agravante que teriam sido violados os arts. 165, §§ 2º e 8º, e 169, § 1º, da Constituição Federal.

Aduz que não incidiria, no caso, o óbice da Súmula nº 280/STF, haja vista que

“(…) não poderia a Lei de Diretrizes orçamentárias do estado de Roraima (Lei 339/02) ter criado direito subjetivo ao pagamento de Revisão Geral anual para o ano de 2003 para os servidores para os servidores, independentemente da [existência] de previsão orçamentária na Lei Orçamentária

**RE 901585 AGR / RR**

Anual daquele ano, com violação direta ao art. 169, § 1º, da CF, na medida em que considerou suficiente apenas a Lei 33/02 (Lei de revisão geral anual) que tinha limite de aplicação temporal ao ano de 2002” (fl. 63, Vol 2).

É o relatório.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 901.585 RORAIMA

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Não merece prosperar a irresignação.

Com efeito, colhe-se do voto condutor do acórdão recorrido:

“No caso em testilha, a iniciativa do projeto da Lei nº 331/02, que instituiu o índice de revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos estaduais do Estado de Roraima, foi do Governador do Estado, e dispõe sobre a revisão salarial da parte agravada, que compõe o quadro de servidores do Executivo.

A Lei nº 331/02 tem caráter anual, sendo, portanto, uma lei temporária, só podendo ser aplicada para o ano de 2002. Contudo, naquele mesmo ano, adveio norma (Lei nº 339/02 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei orçamentária de 2003) que adotou aquela legislação para ‘promover revisão geral anual de 2003.

Assim, mesmo se destinando à vigência temporária, a referida lei vigorou para os anos de 2002 e 2003. Somente em 25 de julho de 2003, foi editada a lei nº 391/2003, que revogou a lei 331/2002, contudo, não teve o condão de retirar sua vigência para o ano de 2003, pois ao iniciar aquele ano, o servidor já tinha adquirido direito à revisão geral anual.

Destarte, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias, alterada pela Lei nº 391/2003, somente a partir do exercício de 2004 a revisão geral anual dependeria de lei específica trazendo o respectivo índice, para então figurar o aumento da correspondente, na Lei Orçamentária Anual” (fls. 11/12, Vol 2).

Destarte, conforme consignado na decisão agravada, para superar o entendimento do Tribunal de origem acerca do direito ao pagamento da vantagem pecuniária relativa à revisão geral anual, seria necessário

**RE 901585 AGR / RR**

reexaminar as questões relativas à vigência e à aplicabilidade das leis orçamentárias que previam o pagamento de reajuste ao servidores públicos do Estado de Roraima (Leis Estaduais nºs 331/02 e 339/02), providência inviável em sede de recurso extraordinário. Incidência da Súmula nº 280/STF. Nesse sentido, especificamente sobre o caso dos autos, anote-se:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. REVISÃO GERAL ANUAL: NATUREZA JURÍDICA. LEIS ESTADUAIS NS. 331/2002 E 339/2002. SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (RE nº 893.786/RR-AgR, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Cármen Lúcia**, DJe de 4/9/15).

Em situações análogas, esta Corte assim se pronunciou:

“Agravos regimentais em agravos regimentais em recurso extraordinário com agravo. 2. Servidores públicos. Revisão geral anual. Decretos que postergaram o início do reajuste para alguns servidores do quadro do poder Executivo e do magistério local. Leis 15.512/2007 e 15.843/2008, do Estado do Paraná. Controvérsia solucionada pela interpretação da norma local. Incidência da Súmula 280. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (ARE nº 869.723/PR-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 24/8/15).

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. LEI ESTADUAL Nº 8.369/2006. NATUREZA DE REVISÃO GERAL ANUAL. SÚMULAS 280, 282 E 356/STF. Os temas constitucionais do apelo extremo não foram objeto de análise prévia e conclusiva pelo Tribunal de origem. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF. O exame do recurso extraordinário permite constatar que a

**RE 901585 AGR / RR**

hipótese envolveria a interpretação de legislação local sem que se discuta o seu sentido à luz da Constituição. Incidência da Súmula 280/STF. Precedentes. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. Agravo regimental a que se nega provimento” (ARE nº 7886725/MA-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Roberto Barroso**, DJe de 13/11/14).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. NATUREZA DO REAJUSTE CONCEDIDO POR LEGISLAÇÃO ESTADUAL (LEI N. 8.970/2009). NECESSÁRIA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE nº 890.302/MA-AgR, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Cármen Lúcia**, DJe de 28/8/15).

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Servidor público. Prequestionamento. Ausência. Lei estadual nº 8.970/2009. Reajuste. Natureza jurídica de revisão geral declarada na origem. Discussão. Legislação local. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. Não se admite o recurso extraordinário quando os dispositivos constitucionais que nele se alega violados não estão devidamente prequestionados. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. Não se presta o recurso extraordinário para o exame de legislação local. Incidência da Súmula nº 280/STF. 3. Agravo regimental não provido” (ARE nº 856.159/MA-AgR, Segunda Turma, de minha relatoria, DJe de 13/4/15).

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÔNUS DO RECORRENTE. SERVIDOR PÚBLICO. LEIS ESTADUAIS 8.970/2009 E 8.369/2006. NATUREZA DE



**RE 901585 AgR / RR**

REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO. SÚMULA 280/STF. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INVIABILIDADE. ARTS. 2º, 5º, LIV, 37, XIII, 39, §1º, E 102, I, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO” (RE nº 756.954/MA-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 28/5/14).

Nego provimento ao agravo regimental.



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 901.585**

PROCED. : RORAIMA

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

AGTE.(S) : ESTADO DE RORAIMA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA

AGDO.(A/S) : FRANCISCO DE ASSIS MORAES PESSOA

ADV.(A/S) : GIL VIANNA SIMÕES BATISTA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 22.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária